

Washington pressiona bancos para acordo

por Paulo Sotero
de Washington

A visita que Mailson Ferreira da Nóbrega fará a Washington, na semana que vem, oficialmente para participar da eleição do novo presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), deverá ser marcada por um elemento que andava sumido das relações entre autoridades econômicas do Brasil e dos Estados Unidos nos últimos tempos: o ministro da Fazenda deverá ser muito bem tratado.

Segundo fontes financeiras oficiais e privadas, é até possível que, em sua primeira viagem aos EUA como ministro, Mailson seja brindado com o anúncio de um acordo na renegociação da dívida entre o Brasil e os bancos, que está sendo discutido desde meados de janeiro em Nova York. Washington, segundo fontes financeiras, tem pressionado os bancos a chegar logo a um acordo com o Brasil.

Outro presente para Mailson, improvável hoje mas possível de ser viabilizado nos próximos dias, é a revogação da decisão americana de aplicar sanções comerciais contra o Brasil,

ou ao menos a manutenção das represálias no limbo, enquanto prosseguem as conversações que os dois governos vêm mantendo para resolver suas diferenças na área de informática.

No Banco Mundial (BIRD), de cujos empréstimos o Brasil dependerá em grande parte para equilibrar as contas externas neste ano, nota-se uma esperança renovada em relação ao País desde que o diretor do Departamento de Brasil da instituição, Armeane Choksy, regressou de uma viagem que fez a Brasília, no mês passado, para conversar com Mailson e o novo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu.

A razão da boa disposição do governo americano em relação ao novo titular das finanças brasileiras foi resumida numa declaração que um não identificado funcionário da administração Reagan fez ao The Wall Street Journal, na semana passada, depois que Mailson anunciou o pagamento de US\$ 350 milhões de juros aos bancos e divulgou a nota em que o governo brasileiro repudia a moratória, faz um "mea culpa" pelos prejuízos causados pela suspensão de pagamentos

da dívida e declara a reconversação do País aos métodos ortodoxos para a busca de um entendimento com os credores.

"Esse sujeito, ele tem a abordagem certa", disse o funcionário referindo-se ao ministro da Fazenda. "Ele parece ter um pouco mais de poder de persuasão junto ao (presidente José) Sarney. Do jeito que as coisas vão no Brasil, está tão duro que Nóbrega pode ser alijado. Mas ele está tentando normalizar as coisas."

Os motivos que levam Washington e especialmente o Departamento do Tesouro a aplaudir Mailson não são apenas ideológicos. Num ano eleitoral, em que a decisão sobre o próximo ocupante da Casa Branca, em novembro, poderá depender

(Continua na página 19)

A mudança de postura do Brasil nas negociações para refinanciamento da dívida externa, no sentido de buscar um acordo ortodoxo junto aos bancos credores, poderá facilitar a concessão de novos empréstimos ao País, segundo artigo publicado no The Wall Street Journal.

(Ver página 19)

Washington pressiona bancos...

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)

do estado da economia americana no segundo semestre, a normalização das relações entre o Brasil e seus credores retirará um importante fator de instabilidade da cena econômica e desestimulará outros países devedores, em particular a Argentina, de tomar o caminho da moratória.

Nesse particular, não se deve esquecer que o secretário do Tesouro, James A. Baker III, que se tem envolvido pessoalmente nos entendimentos com o Brasil, é um aliado próximo do vice-presidente George Bush, o candidato favorito dos republicanos.

Como a declaração do funcionário americano sugere, o objetivo imediato de Washington é ajudar a reforçar a posição de Mailson, de forma a ampliar seu espaço de ação interna no Brasil, em primeiro lugar junto ao próprio presidente Sarney. As prioridades políticas do presidente brasileiro são vistas como o principal motor do descontrole fiscal que está na raiz da gravíssima crise econômica que o País atravessa. A ausência de reação hostil significativa da classe política à decisão do governo de reaproximar-se rapidamente do Fundo Monetário Internacional (FMI) que o ministro da Fazenda anunciou na semana passada junto com o pagamento de US\$ 350 milhões aos bancos, foi anotada pelo governo americano e reforçou a impressão de que o grande obstáculo para a implementação de inelutáveis medidas de saneamento das despesas governamentais está no Palácio do Planalto.

A preocupação do Tesouro de fortalecer Mailson, que é amplamente compartilhada pelo Departamento de Estado, já ficou visível no adiamento do anúncio da decisão dos Estados Unidos de impor sanções comerciais contra o Brasil, em função da disputa entre os dois países na área da informática, contra o desejo das agências do governo americano encarregadas de política comercial. Segundo uma alta fonte brasileira, o adiamento do anúncio abriu novo espaço para que os dois governos tentem um entendimento capaz de evitar a imposição das sanções.

A disposição de Washington de reforçar a posição do ministro da Fazenda está longe, contudo, de ser ilimitada. Embora o Tesouro aprecie a política do "feijão com arroz" de Mailson no que ela traduz de apego aos métodos convencionais, seu apoio visa dar ao ministro respaldo externo para que ele possa convencer Sarney a servir ao País um feijão com arroz austero, um prato forte de medidas de contenção fiscal, que, obviamente, não é do gosto popular nem consta do cardápio fisiológico que orienta o tomá-lá-dá-cá de votos, cargos e dinheiro público que hoje, mais do que nunca, move as relações do poder no Brasil.

O mesmo vale em relação ao Banco Mundial (BIRD). O novo ânimo da instituição em relação ao Brasil traduz, apenas, a esperança de que Mailson e Abreu, dois tecnocratas que conhecem a máquina do governo e sabem o que precisa ser feito para evitar o colapso da economia do País, possam efetivamente implementar as medidas de contenção fiscal que Sarney anunciou, pela enésima vez, na semana passada. Para o banco, continua válida a conclu-

são de um relatório que enviou às autoridades brasileiras há poucas semanas: o governo terá, no futuro próximo, de lançar mão novamente de uma política de choque para evitar a hiperinflação, mas, diante de sua total falta de credibilidade, as medidas só farão efeito se forem precedidas pela implementação efetiva de drásticas decisões de política fiscal. Essas decisões, segundo o banco, terão de vir primordialmente do corte de gastos e não de novos aumentos de impostos.

Quanto a uma possível ampliação do programa de empréstimos do BIRD, por mais boa vontade que haja na instituição, ela continua a depender da aprovação de empréstimos setoriais, que está condicionada à adoção pelos brasileiros de importantes reformas econômicas. E não há, por ora, nenhum sinal concreto de que o Brasil esteja tomando as medidas necessárias para obter tais empréstimos. O empréstimo de reforma da política comercial, de US\$ 500 milhões, é um exemplo. O crédito, que poderá ser reforçado por uma operação de cofinanciamento de mais US\$ 500 milhões, e poderia teoricamente sair ainda neste ano, aparentemente esbarra em resistências da Caixa.

O segundo empréstimo setorial elétrico, também de US\$ 500 milhões, que já está empacado em dificuldades entre a Eletrobrás e as empresas estaduais de eletricidade, enfrentará também problemas na área ambiental, cuja solução está muito além dos poderes do ministro da Fazenda. Na sexta-feira passada, dois integrantes da tribo dos caiapós denunciaram em Washington a violação pelo governo brasileiro das condições do seu Plano Mestre de Proteção Ambiental, que elaborou como parte das negociações do primeiro empréstimo setorial elétrico do BIRD, concedido em junho de 1986. Kube-I e "Paulino" Paiakan Kayapo, os dois líderes indígenas que percorreram vários gabinetes em Washington, a começar pelo Departamento do Tesouro, disseram que o governo fechou o acesso às represas de Babaquara e Kararac, no complexo fluvial Altamira-Xingu, no Pará, e isso tem impedido a ação de inspeção de um grupo de monitoramento cuja criação resultou de negociações com o BIRD e pediram ao banco que não aprove o segundo empréstimo elétrico.

Dificuldades específicas à parte, o que muitos técnicos e funcionários governamentais se perguntam, em Washington, é, obviamente, se o apoio que o governo dos EUA e o BIRD estão dispostos a dar a Mailson, mais os cerca de US\$ 2 bilhões em novos empréstimos que os bancos credores inclinam-se a conceder ao Brasil em 1988, junto com algumas outras concessões, será suficiente para aumentar o cacife do ministro em Brasília. "As pessoas estão convencidas de que Mailson e Abreu são a última chance para que se faça alguma coisa racional na economia brasileira", comentou uma fonte financeira que acompanha de perto a situação brasileira, em Washington. "O risco é que, em meio à loucura que predomina em Brasília, as boas notícias que o Mailson possa colher aqui sejam interpretadas pelo presidente Sarney como sinal de aprovação pelo que já foi feito e não como incentivo para que se faça o que precisa ser feito."